



MULHERES E GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Ana Crys Delgado Da Silva¹
Idelma Santiago Da Silva²

Agência financiadora: CNPq

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute relações de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sudeste do Pará. Para tanto, realizar uma breve abordagem de como emerge esse tema nesse movimento e como tem se constituído objeto de estudo. Além de estudo bibliográfico para compreender esse tema na história do MST e também construir um referencial teórico sobre gênero, esse trabalho dedica-se a abordar uma entrevista de história de vida com uma das mulheres Dirigentes do movimento.

O MST tem um pouco mais de três décadas de existência na luta pela terra, pela reforma agrária. Sendo um movimento de massa o MST se organiza em todas as regiões do país. Nos seus objetivos gerais busca a igualdade de direitos e combate as opressões, assim como dentre suas bandeiras atuais defende a participação igualitária de mulheres e homens. Mas o movimento não nasce com discussões referente a gênero, elas são construídas ao longo dos anos, permeadas pelas tensões pertinentes às permanências e mudanças nas relações tradicionais no interior de uma cultura machista e patriarcal.

2. MATERIAIS E MÉTODO

Este trabalho é parte da atividade de pesquisa da bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq/Unifesspa), na execução do Plano de trabalho “Gênero e movimento social do campo: narrativas de mulheres dirigentes e lideranças do Movimento dos Sem Terra no sudeste do Pará”, vinculado ao projeto de pesquisa “HISTÓRIA DE MULHERES DO CAMPO: memórias e identidades na luta pela terra no sudeste do Pará”.

A história oral foi adotada como metodologia principal da pesquisa. Nas palavras de Delgado (2006, p. 15) ela é “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos versões e interpretações sobre a História”. Assim, a história oral tem possibilitado a abordagem das diferenças e da heterogeneidade das vivências e das estratégias de construção da realidade pelos sujeitos individuais e coletivos.

Para esse trabalho, analisamos uma entrevista de história de vida, realizada com Maria Raimunda, dirigente no MST e atuando na frente de Educação Cultural e Formação do movimento.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Identificando um pouco sobre a trajetória de vida da dirigente do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), Maria Raimunda ela nasceu no período final da guerrilha do Araguaia no município de Brejo Grande do Araguaia em 1974, ainda em período de ditadura militar, a mesma relata que se vinculou a igreja e nas atividades das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's). Ao início da juventude a partir dos anos de 1985, a mesma participou da construção nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) através do irmão mais velho, na época, presidente do partido pela região. Em 1993 a mesma passa no vestibular e muda-se para cidade de Marabá no para estudar Letras na Universidade Federal do Pará, se integra ao movimento estudantil e em 1994 conhece o MST, segundo a entrevistada: “eu fico de 94 ate 97 nessa relação de namoro ai com o movimento sem terra e em 98 eu entro oficialmente no movimento”, nesse período a mesma abandona o curso e muda-se para capital Belém a fim de atuar na territorialização do movimento na região.

¹ Graduanda em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, Instituto de Ciências Humanas, Unifesspa. Email: anacrys70@gmail.com

² Doutora em História, Professora da Faculdade de Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas, Unifesspa. Email: idelma@unifesspa.edu.br

A partir do ano de 2006 foi inserida a questão da equidade de gênero nas normas e princípios organizativos do MST, de acordo com a militante “quando era um por estado [forma antiga da composição da direção estadual e nacional] ai é esmagadoramente homens que iam pro núcleo de direção nacional, mas só a partir de 2006 é um homem e uma mulher”. Durante o processo de construção das mulheres do movimento relata sobre um fato em que quase todas as mulheres foram retiradas da direção estadual do MST, diz:

Foi eleito uma turma, um grupo de dirigentes ai foi só macho mesmo! Que eles achavam que a mulheres que estavam la na direção num geral, que a direção não tava dando conta de cumprir as tarefas e que... que eles responsabilizaram o não cumprimento dessa tarefa diz que porque que é era uma direção com mulheres, tinha muitas [...] E eles alegava ‘ah e porque elas vive engravidando ah por que nunca pode fazer nada nuca pode sair que nunca pode não sei o que’ né e não tem competência era muito assim, num sabia pensar né

Segundo Tesdeschi (2012) quando analisa os espaços sociais da mulher na domesticidade afirma que “o afastamento das mulheres da vida pública livra o homem de possíveis concorrentes” (p. 92). Neste período a direção se manteve em sua composição em maior número a presença de homens. Acerca da participação, Bordenave (1994) nos diz que “Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. [...] é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa” (p. 47) neste caso há uma abertura que possibilita a mulher estar presente na direção do movimento, mas está se dá por maneira simbólica, ou seja, o grupo tem uma baixa influência nas decisões e é mantida a ilusão da participação (Bordenave, 1994). A dirigente nos relata “a gente levou em consideração a avaliação deles de prepotência [...] a gente organizou uma espécie de planejamento de vida das mulheres né que eram da direção”.

Segundo Scott quando trabalha na conceituação de gênero diz que “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86). Apesar de toda a trajetória de luta das mulheres para alcançarem seu espaço no movimento Furlin (2013) assinala que: “A insistência de sua participação (da mulher) releva a existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instancias de poder.” (p. 261, 262) reafirmando assim a conceituação acima por Scott, pois houve um boicote por parte da coordenação para a retirada das mulheres nas funções de dirigentes.

Com base nessas alegações as militantes foram trabalhando por cima delas como diz a dirigente:

outra alegação era do nível de intervenção das mulheres, e ai além do processo de formação que a gente foi intensificando de curso de encontros pras mulheres, a gente falou a partir de hoje todas as mulheres tem que estudar se escolarizar mesmo [...] Aí aprender dirigir né, e ai a gente foi assim como vamos se empoderar dentro da organização? Né! [...] vocês tão entendendo? tinha um boicote silencioso da ação das mulheres

Após um ano de articulações do coletivo de mulheres e até chegar a montar calendário de gestações para não diminuir a quantidade de mulheres na participação real, no ano eletivo para a direção do movimento após o boicote sobre a intervenção das mulheres, se organizaram para entrar no processo eleitoral para cargos na direção estadual o resultado foi o seguinte, de acordo com a militante: “todas as mulheres que eles tiraram porque considerava incompetente, desqualificada pra ser dirigente do movimento, todas voltaram com uma votação assim, maioria dos casos superior ou empatada a eles em volta com muita força a direção.”

O reconhecimento alcançado se deu depois da articulação coletiva do setor de mulheres, o estado do Pará é o estado que mais cumpre à questão da equidade, é também na organização estadual segundo depoimento da militante “o nível maior de escolarização a maioria tá nas mulheres né, porque foi uma deliberação que todo mundo tinha que estudar né naquela época”, e este processo de formação é contínuo, pois de acordo a mesma equidade não é igualdade.

Bordenave (1994) afirma que “A participação é uma vivencia coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal [...] Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas.” (p. 74 e 77). Hoje as mulheres nas instâncias organizativas possuem um trabalho de formação específica no qual diz a respeito de feminismo e marxismo, de se reunir em auto organização antes das reuniões estaduais e nacionais e dando um passo a frente a cada dia para que se efetive uma participação real das mulheres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres dentro do movimento atingiram destaques e reconhecimentos dentro do MST, de certa forma marcaram seu espaço no discurso referente a igualdade de gênero no movimento, resultados hoje que

podem ser bem observadas nas Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST (2016) com questão de preocupação da equidade.

No que se refere à política, apesar das propostas do movimento de estimular a participação das mulheres conforme Gonçalves (2014) “O rito de passagem que representa a saída da esfera doméstica para o espaço de participação política envolve uma rede de rupturas e instaura novas relações de poder.” (p.76) a insistência da mulher de estar, discutir, ser ouvida, votar, dizer o porquê é contra ou não à proposta a ser encaminhada nas diversas reuniões que participa ressalta a desigualdade de gênero, pois o homem e a mulher passaram pelo mesmo processo de formação dentro do movimento num determinado período, mas uma das partes teve que se formar em dobro, especializar-se para se alcançar a mínima, média participação e equidade entre homens e mulheres, pois estar numa direção não automaticamente possibilita a atenção que é dada ao outro sujeito devido à construção social do ser mulher.

O exemplo em, ao se assumir enquanto mulher com participação real na qual está influenciada em todos os processos decisórios, se encontra mais um obstáculo a ser superado que é a dupla jornada de trabalho, pois as mulheres não abandonam o espaço doméstico para se dedicar por inteiro ao espaço político, é que este é dado naturalmente, no que tange sobre a divisão sexual de trabalho Kergoat (2009) conceitua que “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade” (p. 67) nesse ponto de vista de acordo com a construção social do ser mulher na sociedade atual não envolve ter uma vida política ativa.

O MST se abre para discussões sobre as desigualdades de gênero, isto não quer dizer que o movimento alcance um nível de igualdade política e social, pois sendo um movimento que resiste em uma sociedade patriarcal ainda se reproduz nele discursos e ações sexistas, o que ser analisado aqui é como se está ofertando essa abertura para a participação da mulher e se esta é efetiva ou se passa apenas de uma participação simbólica.

Os estudos de gênero incorporam às mulheres a história, dando-lhes visibilidade e denunciando desigualdades que existem desde os primórdios nas relações de gênero, a construção da mulher enquanto protagonista na vida pública e política resultam em uma série de fatores de construção, desconstrução e resistência no meio que atua. O estudo de gênero com o recorte no campesinato permite analisar na luta pela terra a participação da mulher e quanto dispõe os movimentos sociais a possibilidade e a capacidade de se reinventar para novas relações sociais de trabalho na construção do novo homem e da nova mulher.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria de Oliveira Araújo. Movimentos Sociais: questões de gênero e educação na experiência do MST, 2014.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. que é participação. In: Coleção primeiros passos. Brasiliense, 1994.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Emergência e Consolidação do MST no cenário Político Brasileiro . In: Relações de Poder, Dominação e Resistência: O MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Primeira parte: história oral, memórias, identidades. In: História Oral: memórias, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 13-55
- FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas . São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.
- GONÇALVES, Renata. Militância Das Mulheres do MST: o feminismo . In: Gonçalves, Eliane; Vannuchi, Maria Lúcia; Trópia, Patrícia Vieira; Tosta, Tania Ludmila Dias. Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2014.
- MST. Construindo o Caminho: movimento sem terra .Secretária Nacional do MST, 1986.
- MST. Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST .Secretária Nacional do MST, 2016.
- FURLIN, Neiva. A Perspectiva de Gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 257-282
- NEVES, Delma; MEDEIROS, Leonilde de. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica . Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. História Das Mulheres . In: BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Tedeschi, Losandro Antonio. As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012